



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638323 - MS (2021/0000637-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : STENIO MARCIO KWIATKOWSKI ZAKSZESKI
ADVOGADO : STENIO MARCIO KWIATKOWSKI ZAKSZESKI - RS109776
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : G DOS S B (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G. dos S. B. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (1414834-18.2020.8.12.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado como incurso nos arts. 213, *caput*, c/c 14, II, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva e a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar.

Requer, em liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente